

O Fracasso do Programa Forte de Sociologia

Tiago Ribeiro Duarte

Graduando do
Curso de Ciências
Sociais / UFMG

RESUMO: O objetivo desse artigo é problematizar a corrente contemporânea em sociologia do conhecimento conhecida como Programa Forte de Sociologia. Esta, surgida em meados dos anos setenta do século XX, e tendo como principais proponentes D. Bloor e Barry Barnes, propôs que a sociologia estaria apta a explicar o conteúdo substantivo das teorias científicas empregando fatores de ordem sociológica. A minha crítica não se dirige a esta proposta em si, mas ao modo pelo qual ela é levada a cabo. O Programa Forte, na tentativa de radicalizar uma abordagem sociológica do conhecimento científico, acaba por tornar nebuloso o papel da realidade empírica na determinação das teorias formuladas pela ciência. Proponho que essa dificuldade dessa vertente do pensamento sociológico resulta em aspectos perniciosos para a compreensão do conhecimento científico, de modo que é preciso uma nova abordagem que dê conta de conciliar tanto os fatores sociais quanto a influência da realidade empírica na composição das teorias científicas.

Palavras-chave:

Sociologia do conhecimento;
Programa Forte de Sociologia; D. Bloor; B. Barnes; epistemologia

ABSTRACT: The aim of this article is put in question the contemporary approach in the sociology of knowledge called "Strong Programme in Sociology". The main goal of their founders, David Bloor and Barry Barnes, was to explain sociologically the very content and nature of the scientific knowledge. However, in their efforts to make visible the influence of the social factors in the scientific theories, they became nebulous the role of the empirical reality in the composition of the theories formulated by the science. I suggest that this difficult bring serious problems to the sociology of knowledge, so that it is necessary a new approach to deal with the scientific knowledge sociologically.

Keywords:

Sociology of Knowledge, Strong Programme in Sociology, David Bloor, Barry Barnes, Epistemology.

Introdução

O objetivo desse artigo é realizar uma problematização da corrente contemporânea em sociologia conhecida como Programa Forte de Sociologia do Conhecimento. Essa vertente da sociologia do conhecimento surgiu em meados da década de setenta do século XX na

Universidade de Edimburgo, Inglaterra, tendo como principais proponentes David Bloor e Barry Barnes. A grande polêmica instaurada por esses autores se deveu à proposição segundo a qual a sociologia deveria estudar o conteúdo substantivo das teorias científicas, algo inédito na sociologia da ciência produzida



até aquele momento. Acredito que essa proposta em si não contenha nada de pernicioso para os estudos referentes ao conhecimento científico, mas que o modo pelo qual ela foi levada a cabo pelo Programa Forte de Sociologia é que é problemático. É o que eu tentarei propor nesse artigo. Mas, antes de me adentrar propriamente nos aspectos que problematizarei nessa vertente da sociologia da ciência é necessário que, antes disso, eu faça uma breve apresentação de suas principais propostas e o contexto de seu surgimento. Partamos, então, para essa apresentação.

O Programa Forte de Sociologia: Contexto de Surgimento e Principais Propostas

A sociologia do conhecimento científico esteve ancorada, até meados da década de setenta do século passado, na assertiva segundo a qual o conteúdo substantivo das teorias científicas não estava dentro do escopo de estudos dessa disciplina. Havia uma espécie de divisão de tarefas legitimada na qual os filósofos se ocupavam do conteúdo propriamente dito das teorias enquanto que os sociólogos limitavam-se, basicamente, a estudos sobre a comunidade científica, pesquisando seu comportamento, seus valores e suas normas.

Kuhn, por exemplo, desenvolveu em sua célebre obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (Kuhn, 1991), uma espécie de sócio-psicologia das comunidades científicas¹. Ele procurou demonstrar como os cientistas trabalhavam com base em determinados exemplos compartilhados (paradigmas) e como a atividade científica era pautada nestes. Partindo de um paradigma, os cientistas tentariam adequar suas teorias à realidade por meio de experimentos, previsões, cálculos, etc. Contudo, em determinado momento, o paradigma entraria em crise, isto é, haveria uma *percepção* generalizada na comunidade científica de que o paradigma já não seria mais capaz de atuar como um bom fundamento para a atividade científica. Assim sendo, ele ou seria aprimorado de modo a acabar com essa percepção ou seria substituído por outro, que fosse capaz de suprimir esse mal-estar na comunidade. O que se destaca nessa perspectiva é o fato de Kuhn não tentar em momento algum explicar o conteúdo das teorias com base em fatores sociais, mas explicar o porque da substituição de uma teoria por outra tomando por base uma certa psicologia social da comunidade científica.

Assim como Kuhn, vários outros pensadores tentaram dar um tratamento sociológico para o conhecimento científico, mas sem ousar explicar o próprio conteúdo substantivo das teorias científicas partindo de fatores sociais. Esse quadro só se reverteu em meados dos anos setenta do século passado, com o

surgimento, na Universidade de Edimburgo, do *Programa Forte de Sociologia do Conhecimento Científico*. Esse programa foi a manifestação mais radical de uma perspectiva sociológica que se debruçasse sobre o conhecimento científico. David Bloor, seu principal proponente e responsável por sua formulação mais direta em sua obra *Knowledge and Social Imagery* (Bloor, 1991), propõe que a sociologia deve tratar das teorias científicas diretamente, procurando explicar seu conteúdo, mesmo no caso de teorias matemáticas e lógicas.

Ancorado na noção durkheimiana segundo a qual o conhecimento de uma sociedade reflete sua ordem social, ou seja, partindo da idéia de que o conhecimento é um reflexo da organização da sociedade, havendo, por conseguinte, uma continuidade entre ordem cognitiva e ordem social, Bloor propõe uma sociologia "*forte*" do conhecimento, forte exatamente pelo fato de não se esquivar ante o que seria o mais fundamental da ciência: as teorias. O modelo explicativo que ele se propõe a empregar é o modelo causal, o qual, segundo ele, seria o mesmo utilizado nas ciências já mais bem fundamentadas. Nesse sentido, causas sociais explicariam o conteúdo das teorias científicas. Além disso, seu modelo partiria dos princípios da imparcialidade e da simetria, isto é, procuraria explicar tanto teorias verdadeiras quanto falsas, utilizando as mesmas causas para explicá-las. Dito de outro modo, um mesmo conjunto de causas sociais seria empregado de forma a explicar verdadeiras e falsas teorias científicas.

Assim sendo, a perspectiva proposta pelo Programa Forte de Sociologia do Conhecimento Científico se contrapõe diretamente às perspectivas sociológicas desenvolvidas até o momento de sua formulação. Se até este momento normas e valores da comunidade científica, ou o comportamento dos cientistas eram o objeto privilegiado da sociologia do conhecimento científico, a partir da publicação de *Knowledge and Social Imagery* a sociologia deveria assumir para si uma tarefa anteriormente delegada à filosofia da ciência, explicar o conteúdo substantivo das teorias científicas.

Nesse sentido, Bloor rompe precisamente com a noção de que o conhecimento científico seria extra-social, isto é, que as teorias científicas seriam fruto de alguma espécie de racionalidade ou método universal que seria capaz de orientar os cientistas para a formulação de teorias verdadeiras, ou quem sabe, ao menos cada vez mais próximas de uma verdade inatingível. Uma perspectiva pautada nesta noção serviria de fundamento para se ignorar a importância de fatores de ordem sociológica na formulação das teorias científicas, relegando-os meramente para o comportamento dos cientistas, ou para explicar porque certas teorias falham. Em outras palavras, dentro dessa perspectiva os

¹. Apesar de Kuhn não se auto-intitular um sociólogo, e sim um historiador da ciência, sua abordagem é amplamente sociológica, servindo aqui para exemplificar a espécie de sociologia do conhecimento predominante ao longo do século XX.

fatores sociais seriam ou o motivo de certas teorias serem falsas - pois emoções e interesses só serviriam para atrapalhar uma suposta neutralidade científica - ou para explicar o comportamento dos cientistas. O que se destaca é que causas sociais nunca estariam implicadas na formulação do conhecimento científico propriamente dito.

Bloor se contrapõe exatamente a essa noção. Segundo ele, a sociologia estaria apta a tocar o próprio "coração do conhecimento científico", ou seja, explicar o próprio conteúdo das teorias que compõem a ciência. Portanto, dentro da perspectiva da Sociologia Forte do Conhecimento, todo conhecimento possui uma natureza intrinsecamente social, devendo ser explicado pela sociologia, e não pela filosofia. Em outras palavras, tanto teorias verdadeiras quanto falsas são determinadas por fatores de ordem sociológica, sendo, portanto, passíveis de serem explicadas por sociólogos.

Bem, até aqui me atentei para o Programa Forte de Sociologia do Conhecimento Científico em sua formulação abstrata. Todavia, a fim de obtermos uma compreensão mais ampla dessa corrente da sociologia do conhecimento é preciso focar também o modo pelo qual seus proponentes empregam esse programa para analisar o conhecimento científico propriamente dito. Vejamos uma pequena amostra do tratamento que esses teóricos dão ao conhecimento científico.

Segundo Bloor, o que confere objetividade ao conhecimento é o fato de ele ser fruto de uma convenção social. Assim sendo, o que faz com que a linha do Equador seja mantida no mesmo lugar não está ligado a alguma espécie de objetividade extra-social que ela possua e que possa ser captada por cientistas dotados de uma racionalidade específica, mas ao fato de ela ser uma convenção social e, por conseguinte, não poder ser mudada arbitrariamente de lugar por qualquer indivíduo que o deseje. Nesse sentido, a linha do Equador não é uma "mera" convenção. Na verdade, ela é uma crença sancionada socialmente, o que não permite que ela seja definida de modo arbitrário por qualquer indivíduo.

O modo como uma pessoa aprende essas convenções é descrito por outro importante correligionário do Programa Forte de Sociologia do Conhecimento, Barry Barnes, em sua obra *T. Kuhn and Social Science* (Barnes, 1982). Segundo ele, uma criança vai sendo treinada desde cedo para ordenar o mundo no qual ela vive de acordo com as convenções sociais de sua sociedade. Isso decorre do fato de a natureza poder ser ordenada de diversos modos, e cada sociedade realizar esse ordenamento de uma forma específica. Os indivíduos aprendem, principalmente em sua infância, a empregar os conceitos de modo a agrupar diferentes objetos ou seres da natureza sob o mesmo conjunto de características comuns a eles. Esse

aprendizado se dá predominantemente por ostensão, isto é, uma outra pessoa, em geral um adulto quando se trata do aprendizado infantil, aponta para determinados componentes do mundo e classifica-os utilizando conceitos. Essa classificação irá realçar determinadas similaridades e diferenças entre os objetos apontados.

A partir de um dado momento, já será possível para uma criança aprender novos conceitos por meio de regras e definições, isto é, sem ser necessário recorrer a ostensão, e sim a outros conceitos. Entretanto, no limite, todo conceito repousa na ostensão, já que o aprendizado por meio de regras e definições nos leva a uma regressão infinita de um conceito a outro, não sendo, por isso mesmo, capaz de definir por si só o significado de uma palavra.

Segundo Barnes, nossa experiência pode ser ordenada e classificada de infinitos modos, o que implica em que o uso passado de um conceito não é suficiente para definir o modo como ele será empregado no futuro. Assim sendo, quando aparece um novo caso de aplicação de um termo o que definirá se ele está sendo usado adequadamente ou não é o consenso dentro da comunidade de que as relações de similaridade entre os usos do termo superam as diferenças entre eles. Nesse sentido, o processo de negociação é fundamental para compreendermos como se define o uso de um determinado conceito, pois só por meio da negociação é que se pode chegar a este consenso. E nesse processo estarão envolvidas as metas e os interesses dos componentes da comunidade, já que serão eles que guiarão a negociação.

Deslocando esse processo para a produção do conhecimento científico, que é o que nos interessa aqui, o que se destaca é que o conhecimento passa a ser uma convenção social que, em última instância, é definida por meio da negociação entre os membros da comunidade científica. Expliquemos isso melhor, a fim de clarear esse ponto que será fundamental para minha argumentação futura. Na medida em que surge uma nova situação de aplicação conceitual, tal qual a descoberta de novas substâncias que compõem o universo, ou o resultado de um experimento que contraria as expectativas dos cientistas, é preciso definir qual o termo irá englobar essas novas situações. Segundo Barnes, o que define o novo uso de um termo é a negociação, pois apenas por meio dela é possível o consenso de que uma nova aplicação conceitual está correta. Portanto, será esta que comandará o processo através do qual se chegará a mudanças nas teorias científicas. Sendo assim, as metas e interesses dos cientistas e a distribuição de poder entre estes são os componentes mais importantes para a formulação das teorias científicas e, por conseguinte, da própria ciência.

Nesse sentido, o que pode se depreender do

Programa Forte é que as causas sociais capazes de definir o conteúdo substantivos das teorias científicas seriam principalmente as metas e interesses dos cientistas. A sociologia deveria, então, se restringir a explicar as mudanças conceituais nas teorias e explicar que interesses e metas estariam por trás delas. Seria uma micro-sociologia do conhecimento, concentrada nesse processo de negociação e no modo como ele determina nossas crenças institucionalizadas.

Até aqui, esbocei as principais diretrizes do Programa Forte de Sociologia do Conhecimento, tomando como ponto de partida a obra de dois de seus principais proponentes, D. Bloor e B. Barnes. Tendo concluído essa etapa passarei para uma problematização dessa vertente da sociologia da ciência.

O Programa Forte de Sociologia e o Desaparecimento da Realidade Empírica

A questão que me proponho a responder é a seguinte: É possível, tomando como base a própria natureza do conhecimento científico, um Programa Forte de Sociologia do Conhecimento? Dito de outro modo, o Programa Forte de Sociologia do Conhecimento é uma abordagem capaz estudar o conhecimento científico adequadamente, ou não?

Suspeito que a resposta para esta pergunta seja negativa. Mas, minha crítica à Sociologia Forte do Conhecimento não partirá de uma abordagem que afirme a autonomia do conhecimento científico perante fatores sociais, ou seja, uma abordagem embasada no filósofo da ciência Popper.

Segundo Popper, o conhecimento objetivo, ou seja, aquele composto por teorias, argumentos críticos e conjecturas é amplamente autônomo com relação ao sujeito conhecedor (Popper, 1975). A fim de clarear essa proposição suponhamos que houvesse uma catástrofe nuclear e todas as bibliotecas fossem destruídas. Nesse caso, o homem demoraria muitos anos para atingir novamente o estágio de conhecimento no qual ele se encontrava antes do desastre. Por outro lado, se as bibliotecas fossem preservadas, o homem poderia rapidamente aprender todo o conhecimento produzido por seus antepassados. Nesse sentido, o conhecimento que está em um livro é independente do sujeito que o leia, e mesmo de que alguém o leia. Um livro pode nunca ter sido lido, mas, ainda assim, haverá conhecimento registrado nele, o qual poderá ser algum dia aprendido por alguém. Desse modo, o conhecimento objetivo, em certo sentido, é independente das subjetividades, já que ele não precisa de que haja um sujeito conhecedor para que ele tenha existência.

Uma abordagem de caráter popperiana poderia contestar o Programa Forte afirmando

que o que interessa para compreendermos a ciência são as correções às quais as teorias científicas são submetidas após serem expostas a toda sorte de argumentos críticos. Nesse sentido, fatores sociais estariam à margem dos estudos sobre o conhecimento científico.

Todavia discordo dessa perspectiva. Qualquer manifestação do conhecimento só pode existir dentro de uma sociedade, e, portanto, fatores sociais inevitavelmente influenciam a composição das teorias científicas. Esses fatores podem ser relacionados à linguagem, à visão de mundo predominante na sociedade, ao contexto histórico-social e mesmo a interesses e metas dos cientistas. Nesse sentido, minha crítica será fundamentada em autores mais alinhados com uma abordagem sociológica do conhecimento, mas que, entretanto, não endossam uma proposta tão radical quanto o Programa Forte de Sociologia.

A minha primeira objeção ao Programa Forte de Sociologia do Conhecimento refere-se à sua própria proposta em si, isto é, explicar o conteúdo substantivo das teorias científicas com base em fatores sociais. Essa proposta teve a grande importância de ousar afirmar que até mesmo as teorias científicas teriam em si um componente social, afirmação com a qual eu estou de acordo. Contudo, essa proposta deixa de lado um componente tão essencial do conhecimento quanto os fatores sociais, a saber, a própria realidade empírica. Mesmo que Bloor gaste algumas folhas de seu livro afirmando que a Sociologia Forte do Conhecimento está firmemente ancorada em uma base materialista e empirista, argumentando que o mundo natural é a base sobre a qual todo nosso conhecimento se ergue, no Programa Forte essa influência da realidade na composição das teorias científicas é, na melhor das hipóteses, vaga. Em momento algum Bloor ou Barnes deixam claro como essa influência se dá, ou mesmo explicitam-na ao aplicar seu programa sociológico a algum objeto de estudo. E essa lacuna tem efeitos bastante perniciosos para a sociologia do conhecimento. Retomemos o exemplo da linha do Equador para compreendermos melhor esses efeitos.

Como foi observado por Freitas (2004), colocar a linha do Equador como uma convenção social tal qual o Meridiano de Greenwich é um erro fatal. O Meridiano de Greenwich é uma simples convenção social, na medida em que poderia ser deslocado longitudinalmente e cortar a Terra de outros modos na longitude zero graus. No entanto, foi convencionalizado, devido à Inglaterra ser a grande potência política e econômica da época em que estabeleceram a localização desse meridiano, que ele passaria por cima de Londres. Já a linha do Equador, não poderia ser disposta de nenhum outro modo de forma a permanecer cortando a Terra na latitude zero graus. Portanto,

precisamos reconhecer que a realidade coloca certas interdições às convenções sociais que precisam ser explicitadas de modo a compreendermos plenamente o conteúdo das teorias científicas. Dito de outro modo, é preciso que realmente levemos em conta os dois pólos que influenciam a composição de nosso conhecimento: natureza e sociedade, integrando-os de modo a perceber até que ponto cada um deles é capaz de explicar as teorias.

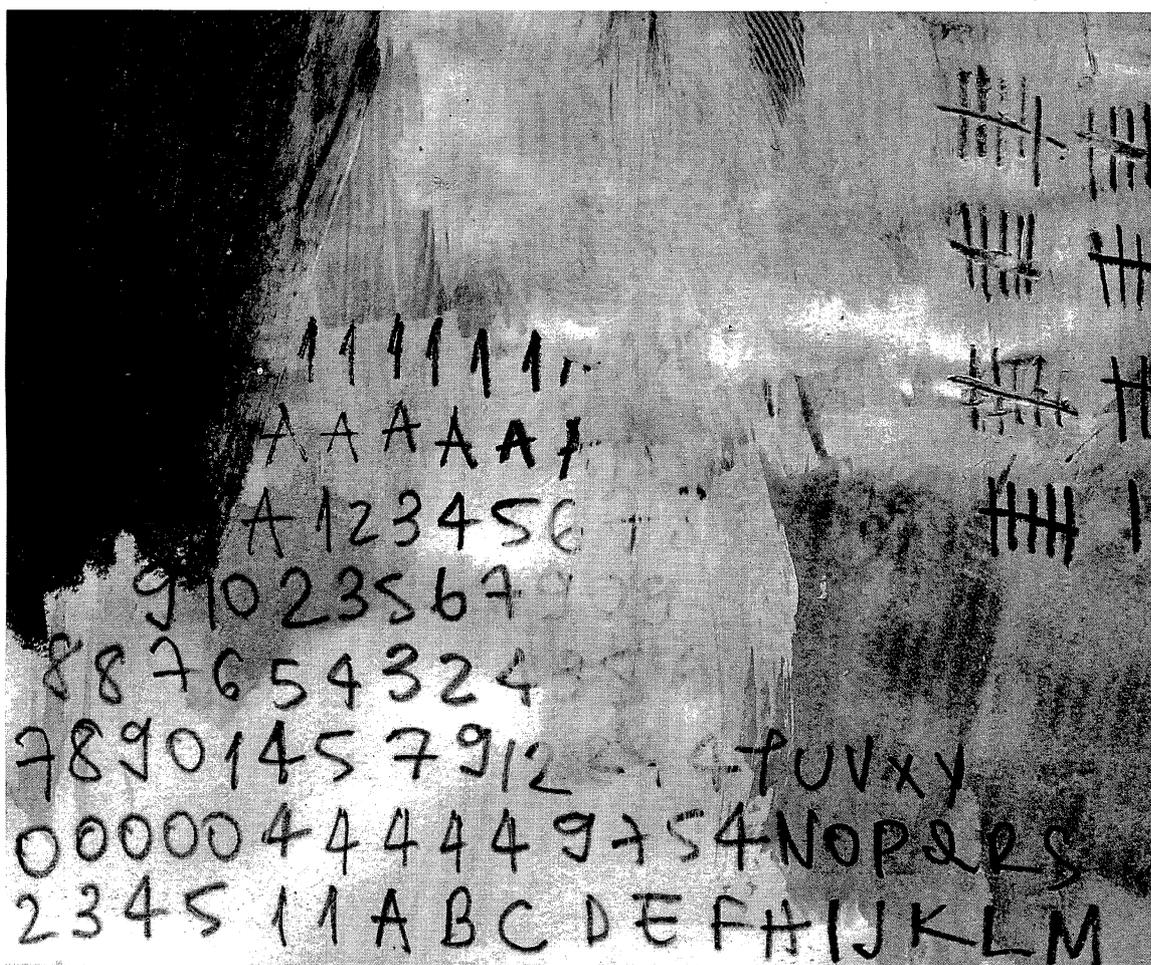
Nesse sentido, vale retomar a crítica de Bruno Latour ao Programa Forte de Sociologia. Segundo Latour (1994), por um lado, essa corrente da sociologia supera uma primeira assimetria, já que ela propõe-se a explicar sociologicamente tanto as teorias verdadeiras quanto falsas, assumindo que os fatores sociais que compõem a ciência não são apenas aqueles que induzem os cientistas ao erro - como supostamente os interesses e as emoções o fariam - mas que eles permeiam a vida científica como um todo. De outro lado, ao investigar apenas as causas sociais que explicam o conteúdo das teorias científicas ele instaura uma nova assimetria, a saber, entre natureza e sociedade. Isso porque se apenas as causas sociais são levadas em conta em suas explicações perde-se de vista a importância da natureza no processo de formulação das teorias. Desse modo, a sociedade acaba por explicar tudo, enquanto que a natureza não é acionada para explicar nada.

Além disso, a redução que o Programa Forte

opera das causas sociais à negociação reforça ainda mais esse problema. A negociação possui um papel sim na vida científica, mas colocá-la como a instância última que determina os conteúdos das teorias científicas é perder de vista todos os outros fatores tanto sociológicos quanto aqueles ligados à própria natureza da realidade. Como Kuhn pontuou em uma conferência proferida pouco antes de sua morte, o conhecimento passa ser apenas a crença institucionalizada de um partido vencedor (Kuhn, 2000).

Em suma, o ponto que eu quero problematizar é o fato de o Programa Forte deixar de lado qualquer possibilidade de a natureza intervir na constituição do conhecimento científico. Se seus proponentes, por um lado, reconhecem que o mundo material intervém na formulação das teorias científicas, eles não deixam isso transparecer de modo algum em sua abordagem, mantendo a realidade como que omissa. A sociedade explica as teorias, e a natureza, seja lá o que ela for, não contribui em nada na formulação de crenças a seu respeito. Assim sendo, se minhas suspeitas estão corretas, a grande força da Sociologia Forte do Conhecimento está em conseguir esconder o papel da realidade na constituição do conhecimento científico, o que não é nada digno de mérito.

Antes de terminar esse artigo, é preciso que seja feita uma importante ressalva. Ao sugerir que o papel da natureza na constituição do conhecimento científico tem de ser levada



realmente a sério, não deixei claro como isso pode ser feito sem que se caia em uma espécie de objetivismo ingênuo que postule que somos capazes de ter acesso direto à realidade se empregarmos determinados métodos. Embasado em T. Kuhn, vou sugerir um esboço de uma solução ao menos provisória para esse problema.

A realidade mostra sua influência com clareza exatamente nos momentos de substituição de uma teoria por outra, pois é nessas circunstâncias que a natureza se mostra incompatível com a teoria que está caindo em descrédito. Assim sendo, é preciso que uma nova teoria seja formulada para suprimir os problemas da teoria anterior. A nova teoria poderá assumir um certo número não infinito de formas, pois ela está limitada tanto pelo mundo material quanto pelas expectativas dos cientistas. Mas, de todo modo, não há uma forma única, sendo a nova forma determinada pela conjugação de fatores sociais com o mundo real. Nesse sentido, uma perspectiva histórica é fundamental para compreendermos melhor o conhecimento científico, pois é só por meio

desta que é possível conjugar tanto fatores de ordem sociológica quanto a influência da realidade na formação das teorias científicas.

Conclusão

O Programa Forte de Sociologia do Conhecimento, ao meu ver, trouxe uma interessante proposta para a sociologia da ciência, isto é, levar em conta fatores sociais na composição das teorias científicas. Entretanto, ele não foi capaz de conciliar a influência dos fatores de ordem sociológica com a influência da própria realidade empírica. Nesse sentido, acredito que ainda é necessária a formulação de um marco teórico para a sociologia do conhecimento que dê conta de abranger esses dois fatores adequadamente. Dito de outro modo, é preciso uma teoria que não ignore nem os fatores sociais, tal como o fez Popper, nem a realidade empírica, tal qual o Programa Forte, de modo que esses dois aspectos constituintes de nossas teorias científicas sejam vislumbrados pela sociologia da ciência.

BIBLIOGRAFIA

- BARNES, Barry. (1982) *T. S. Kuhn and Social Science*. Londres: The Macmillan Press.
- BLOOR, David. (1991) *Knowledge and Social Imagery*. Chicago: University of Chicago Press.
- FREITAS, Renan S. de. (2004) "A Saga do Ideal de Boa Ciência". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n.55, p.91-104.
- KUHN, Thomas S. (1991) *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 3ª edição, São Paulo, Perspectiva.
- KUHN, Thomas S. (2000) "O problema da filosofia histórica da ciência". In: Kuhn, Thomas. *Road Since Structure*. Chicago: University of Chicago Press.
- LATOUR, Bruno. (1991) *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- POPPER, Karl. (1975) "Epistemologia sem um sujeito conhecedor". In: Popper, Karl. *Conhecimento Objetivo*. São Paulo: Ed. Univ. São Paulo.